

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Liana Santos de Carvalho

Linha de Pesquisa: Mercosul: Projeto de integração econômica, política, social e cultural / A construção de um projeto histórico

Período de Coleta: 01 de junho até 30 de junho de 2022

DATA DA NOTÍCIA: 03/06/2022

Título: Inflação na Argentina: governo busca aumentar impostos sobre exportações mas agro resiste

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/03/inflacao-na-argentina-governo-busca-aumentar-impostos-sobre-exportacoes-mas-agro-resiste>

O governo argentino segue em uma batalha para aplicar políticas necessárias – e possíveis – para conter a inflação e a perda de poder aquisitivo da população. Em um contexto de guerra na Ucrânia e de emergência climática, o aumento de preço e a crise de abastecimento torna-se uma questão global que se incrementa a um problema inflacionário há muito conhecido na Argentina.

Na semana passada, o governo anunciou o aumento do valor salarial mínimo para a cobrança do imposto de renda. O objetivo seria proteger o poder aquisitivo sobre os reajustes salariais devido à alta da inflação. No entanto, especialistas, e o próprio presidente Alberto Fernández, alertam para a necessidade de políticas amplas para atacar as diversas causas do mesmo problema: uma inflação mensal média de 5,3%, com projeção de 70% de acúmulo para este ano.

O governo busca, nesse cenário, separar os preços internos e os internacionais, garantindo abastecimento e acesso aos alimentos. Assim, a Casa Rosada lançou a possibilidade de aplicar novas medidas de aumento às exportações de *commodities* (chamadas de *retenções* na Argentina), em particular as que a Argentina mais exporta, como soja, trigo, milho e girassol.

DATA DA NOTÍCIA: 03/06/2022

Título: Argentina: Ni Una Menos cumple 7 anos e realiza marcha contra feminicídios e violência econômica

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/03/argentina-ni-una-menos-cumpre-7-anos-e-realiza-marcha-contr-femicidios-e-violencia-economica>

Há sete anos, acontecia a primeira mobilização Ni Una Menos em toda a Argentina, marcando um novo capítulo nos movimentos feministas do país e que se refletiria em toda a região da América Latina. A marcha foi organizada para aquele 3 de junho, em 2015, após o feminicídio de Chiara Páez, uma adolescente de 14 anos, grávida, assassinada pelo companheiro, também adolescente.

Desde aquela primeira marcha, foram registrados 2.041 assassinatos por motivo de gênero no país até maio deste ano, segundo o Observatório “Adriana Marisel Zambrano”, entre feminicídios e trans/travesticídios. As cifras revelam uma média de 24 femi/trans/travesticídios por mês, e quase 300 por ano.

Após a conquista da lei pela interrupção voluntária da gravidez (IVE), uma das principais pautas mobilizadas pelos feminismos nos últimos anos na Argentina, o lema da marcha deste ano envolve a reivindicação de base contra as violências de gênero e contra a violência econômica.

Nesta sexta-feira (3), a marcha terá como lema "Vivas, livres e desendividadas nos queremos", retomando as reivindicações contra os feminicídios e as violências de gênero que têm ligação com as consequências da crise econômica que vive o país, algo que está no centro do debate sobre o acordo da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em entrevista ao elDiarioAr, a socióloga e uma das fundadoras no Ni Una Menos, Luci Cavallero, destacou a importância do lema sobre autonomia econômica nesta marcha. "É impossível pensar na saída das violências sem uma renda econômica concreta. Também pediremos que a agenda de redistribuição econômica seja priorizada em relação ao pagamento da dívida", explicou, mencionando a convocatória da marcha deste ano.

DATA DA NOTÍCIA: 08/06/2022

Título: Fome se alastra no Brasil: 6 em cada 10 famílias não têm acesso pleno a alimentos

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link

da

notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/08/fome-se-alastra-no-brasil-6-em-cada-10-familias-nao-tem-acesso-pleno-a-comida>

Em 2022, mais da metade da população brasileira – 58,7% – vive com algum tipo de insegurança alimentar. O número de pessoas passando fome passou de 19 milhões para 33,1 milhões de pessoas em pouco mais de um ano. Os dados divulgados nesta quarta-feira (8), são do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, feito pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). A pesquisa mostra que Brasil regrediu para um patamar de insegurança alimentar equivalente ao da década de 1990.

Isso significa que 15,5% da população no país está sem ter o que comer. O acesso pleno à alimentação se tornou exceção: essa é a realidade para apenas quatro de cada 10 famílias.

A pesquisa foi realizada em campo, pelo Instituto Vox Populi, com entrevistas em 12.745 domicílios de 577 municípios de todos os estados brasileiros.

Em números absolutos, 125,2 milhões de pessoas no Brasil estão passando por algum nível de insegurança alimentar. Essa classificação inclui pessoas que estão passando fome e aquelas que estão preocupadas por não saber se terão o que comer no dia seguinte. O número de pessoas nessa situação aumentou 7,2% desde 2020, e 60% desde 2018.

“Os caminhos escolhidos para a política econômica e a gestão inconsequente da pandemia só poderiam levar ao aumento ainda mais escandaloso da desigualdade social e da fome no nosso país”, destaca Ana Maria Segall, médica epidemiologista e pesquisadora da Rede Penssan.

Desigualdades históricas se acentuam

A fome no Brasil tem cor, gênero, idade, geografia e classe. O Norte e o Nordeste do país são as regiões mais atingidas pela falta de comida no prato, com 25,7% e 21% das famílias, respectivamente, passando fome.

A desigualdade regional foi constatada também no contraste entre o campo e a cidade. Nas áreas rurais do Brasil, a insegurança alimentar é vivida em 60% das casas. Destas, 18,6% estão em situação grave. Nem mesmo quem produz alimentos escapou. A fome atingiu 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores.

DATA DA NOTÍCIA: 09/06/2022

Título: Piora: 1/3 da população da América Latina estará na pobreza até o fim do ano

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/09/piora-1-3-da-populacao-da-america-latina-estara-na-pobreza-ate-o-fim-do-ano-aponta-cepal>

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) apresentou nesta semana um novo relatório com previsões econômicas para a região. A expectativa é de que até o final de 2022, mais 8 milhões de pessoas passarão a viver em situação de insegurança alimentar somando 94,4 milhões de latino-americanos que não terão condições de realizar três refeições diárias.

A pobreza também deve aumentar. Um terço, ou 33,7% da população regional estará em situação de pobreza até o final do ano, enquanto 14,9% em situação de pobreza extrema - o que significa que terão menos US\$ 1,90 por dia (cerca de R\$ 9) para subsistir.

Os países mais afetados serão Guatemala, que pode chegar à cifra de 49,5% de pobres, seguida da Nicarágua com 46% da população em situação de pobreza e a Colômbia com 38%. O Brasil estaria em 11º no ranking com cerca de 21,4% da população pobre.

Hoje cerca de 17,5 milhões de famílias brasileiras vivem com renda per capita mensal de até R\$ 105, de acordo com o Cadastro Único.

Para determinar a linha de extrema-pobreza, a ONU e o Banco Mundial têm como referência: US\$ 1,90 por dia para países de renda baixa, US\$ 3,20 por dia para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 para países de renda média-alta. Já a definição da linha da pobreza varia em cada país.

DATA DA NOTÍCIA: 10/06/2022

Título: FMI, guerra na Ucrânia, fome e exclusão regional: a dura mensagem de Fernández a Joe Biden

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/10/fmi-guerra-na-ucrania-fome-e-exclusao-regional-a-dura-mensagem-de-fernandez-a-joe-biden>

Os representantes dos países presentes na 9ª Cúpula das Américas, nos Estados Unidos, discursaram na noite desta quinta-feira (9) em Los Angeles. O discurso mais esperado era o de Alberto Fernández, presidente argentino. Presente no encontro também como presidente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e

Caribenhos (Celac), Fernández foi incumbido de responder à decisão do presidente Joe Biden de não convidar Cuba, Nicarágua e Venezuela. Além disso, atendia o pedido do presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, um dos mandatários que decidiram não comparecer à Cúpula em forma de protesto.

Sexto orador na ocasião, o presidente argentino foi direto já no começo de seu discurso: "Lamento que não podemos estar presentes todos os que devíamos estar, neste âmbito tão propício ao debate", afirmou, logo após estimar os esforços para realizar a Cúpula.

Em seu discurso, Fernández não deixou de fora nenhuma das temáticas mais caras à região latino-americana: os impactos da guerra na Ucrânia, da crise climática e da fome sobre uma região que emite pouco gases do efeito estufa, contribui para emissão de oxigênio no planeta e é grande produtora de alimentos. Além disso, falou da sujeição econômica na lógica de dívidas imposta aos países em desenvolvimento; e do papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) no golpe de Estado na Bolívia.

Na semana em que enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei para arrecadar parte do lucro inesperado de grandes empresas na Argentina que cresceram graças à guerra na Ucrânia, Fernández também apontou para a desigualdade perpetuada pelo poder econômico concentrado. "Devemos abordar a necessidade de políticas impositivas progressivas, mesmo quando as elites domésticas nos apresentem como um perigo para a qualidade democrática", destacou.

DATA DA NOTÍCIA: 14/06/2022

Título: Bolsonaro: há "cabeça de Burro" em países da América Latina que elegem esquerda

Fonte da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-ha-cabeça-de-burro-em-paises-da-america-latina-que-elegem-esquerda/>

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira, 14, que países da América Latina que votam na esquerda têm "cabeça de burro". Sem citá-los nominalmente, o chefe do Executivo se referia a Chile, Argentina e Venezuela. No Brasil, o líder nas pesquisas de intenção de voto na disputa pelo Palácio do Planalto, o ex-presidente Lula (PT), é identificado como um pré-candidato de esquerda.

"Seria muito bom para nós que esses três países, com mais oito que fazem divisa conosco, fossem prósperos. Mas tem aqui na América do Sul parece uma cabeça de

burro, que força a gente para o lado esquerdo”, declarou o presidente em participação no Brasil Investment Forum 2022, organizado pela ApexBrasil, em São Paulo. Na verdade, o Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul, contabilizando a Guiana Francesa, e não 11.

DATA DA NOTÍCIA: 15/06/2022

Título: Cúpula das Américas demonstra declínio da influência dos EUA na América Latina

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/15/cupula-das-americas-demonstra-declinio-da-influencia-dos-eua-na-america-latina>

As definições de poder no cenário geopolítico mundial foram atualizadas com sucesso — e os Estados Unidos parecem ter dificuldades para "aceitar" essas novas condições. Na mais recente edição da Cúpula das Américas, celebrada entre 6 e 10 de junho, em Los Angeles, o mundo pôde ler nas entrelinhas dos contratos sociais que o poderio estadunidense sob os países vizinhos sofre uma baixa.

Depois de convocar os líderes e diplomatas latino-americanos que lhe interessavam, a Casa Branca sofreu uma série de recusas e até boicote por ter deixado Venezuela, Cuba e Nicarágua fora de sua lista. Alegando que apenas convidaria nações sob o regime democrático, os Estados Unidos receberam críticas de todos os lados — inclusive daqueles que compareceram ao evento, como o presidente do Chile, Gabriel Boric, e a presidenta de Barbados, Sandra Mason.

O levante da voz dessas lideranças mostra uma inversão nas dinâmicas de poder. Historicamente, os Estados Unidos sempre usaram de sua força política e econômica para interferir nas relações de seus vizinhos, e é difícil acreditar que, anos atrás, algum desses países teriam "coragem" de negar um pedido da Casa Branca, como acontece agora.

"A grande verdade é que, há anos, os Estados Unidos tratam os membros da América Latina como países de quarta ou quinta importância, mas agora, com a aproximação da China, eles estão tentando manter a sua posição de liderança", explica à reportagem do Brasil de Fato o sociólogo Gabriel Locke, professor e doutorando da UCLA.

De fato, o papel da China na América Latina cresceu rapidamente. Em 2000, o mercado chinês representou menos de 2% das exportações da América Latina, mas logo houve um boom de commodities na região. Nos oito anos seguintes, o comércio

creceu a uma taxa média anual de 31%, atingindo o valor de US\$ 180 bilhões em 2010. Em 2021, o comércio totalizou US\$ 450 bilhões, e os economistas preveem que poderá ultrapassar US\$ 700 bilhões até 2035.

Essa ascensão da presença chinesa em territórios vizinhos acende alerta na Casa Branca, que também disputa a liderança geopolítica com Pequim em outros lugares. Paralelamente, com o distanciamento da América Latina, os Estados Unidos se veem em uma posição mais frágil — e isso pode ser crucial quando se fala na possibilidade de uma recessão.

DATA DA NOTÍCIA: 16/06/2022

Título: Após a morte de Bruno Pereira e Dom Phillips, ONU pede proteção a ativistas e reforço na Funai

Fonte da notícia: <https://www.bbc.com/portuguese>

Link da notícia: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61830231>

"Instamos as autoridades brasileiras a ampliar seus esforços para proteger os defensores dos direitos humanos e os povos indígenas de todas as formas de violência e discriminação, tanto por parte de atores estatais quanto não estatais", disse, em nota enviada à BBC, a porta-voz da organização, Ravina Shamdasani.

O órgão também cobrou as autoridades a tomar "medidas para prevenir e proteger os territórios indígenas de incursões de agentes ilegais, inclusive pelo fortalecimento dos órgãos governamentais responsáveis pela proteção dos povos indígenas e do meio ambiente (Funai e Ibama)".

O texto afirma que "ataques e ameaças contra defensores de direitos humanos ambientais e povos indígenas, incluindo aqueles em isolamento voluntário, continuam persistentes".

DATA DA NOTÍCIA: 21/06/2022

Título: A desglobalização e o Mercosul, a oportunidade da inserção de um Bloco Periférico

Fonte da notícia: <https://vermelho.org.br/>

Link da notícia: <https://vermelho.org.br/2022/06/21/joao-policarpo-rodrigues-lima-e-abraham-benzaque-n-sicsu-a-desglobalizacao-e-o-mercosul-a-oportunidade-da-insercao-de-um-bloco-periferico/>

A queda do Muro de Berlim, em 1989, levou muitos especialistas a acreditarem que estávamos numa fase nova, em que o Mundo se tornaria unipolar, em que a hegemonia americana seria inquestionável, em que as relações econômicas gravitariam em torno das lógicas definidas pelos Estados Unidos. Acreditava-se que a globalização se exacerbaria que as vantagens competitivas se baseariam fundamentalmente em aspectos econômicos, em relações quase marshallianas, e que a inserção internacional se daria apenas pela diminuição de custos e otimização de processos.

Poucos puderam antever o surgimento da China como contraponto a esse cenário que se afigurava. China que, ainda na lógica econômica, viria a alcançar escalas inimagináveis para a produção, para a estruturação de novas cadeias de suprimento que ameaçavam a hegemonia mundial e, no mínimo, apontava para um mundo bipolar.

Associado a esse movimento, aflorou um novo processo que modificou o panorama mundial. Uma revolução tecnológica que apontava para processos extremamente transformadores. A Manufatura 4.0, a nova matriz tecnológica dá sinais de consolidação. Mesmo antes da pandemia. Se tínhamos claro, ainda na década de 70 e 80 do século passado, que a microeletrônica seria o alicerce da nova matriz produtiva que se configurava, o decorrer dos anos e o início do século XXI mostra que isso se amplia em demasia.

Uma convergência de novos campos tecnológicos se apresenta: novos materiais surgem, a nanotecnologia se aprofunda, a biotecnologia passa a ser a base da agricultura moderna, novas fontes de energia vão ganhando espaço, entre outros. O Complexo Tecnológico transformador ganha maior abrangência. Esse aponta para um perfil de crescimento diferenciado daquele que apontava simplesmente a microeletrônica. Automação, controles e interconectividade são sua lógica, seu modelo dinâmico de produção. Essa lógica será a base dos investimentos mais significativos nos próximos anos e, portanto, do processo de desenvolvimento e inclusão num mundo extremamente competitivo.

De uma maneira bastante esquemática, pode-se dizer que o mundo globalizado, foi fracionado. Não há apenas o fator econômico como determinante da lógica de integração. Três grandes blocos, sob liderança de Estados Unidos, China/Eurásia, inclusive Rússia, e Alemanha vão se estruturando. Nesse mundo, existem outros fatores geopolíticos como determinantes da integração. Não só os aspectos econômicos são considerados. Segurança no suprimento, alianças políticas, nacionalismos e identidades de povos e nações, dentre outros, passam a ter

importância na articulação inter nações. A própria guerra entre Rússia e Ucrânia aponta para isso. Uma nova configuração nas relações internacionais.

DATA DA NOTÍCIA: 21/06/2022

Título: O Estado não é ausente, ele está a serviço da destruição

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/21/o-estado-nao-e-ausente-ele-esta-a-servico-da-destruicao>

Há fatos que são capazes de revelar um conjunto intrincado e complexo de relações várias vezes maiores do que a si próprio. Implicam na revelação de condicionantes e variáveis que permaneciam nebulosos e indecifráveis até que um fato, tal qual a descoberta de um arquivo histórico, relaciona fatos entre si e torna compreensível toda a dimensão envolvida.

Este foi o caso, por exemplo, do atentado do Rio Centro em 30 de abril de 1981. O revés do ato, cuja intenção era evitar o desmoronamento da ditadura militar, permitiu à sociedade brasileira tomar conhecimento da atuação dos setores da repressão e suas intenções. A explosão revelou a intrincada luta política no interior da ditadura e, como explica João Roberto Martins Filho - no livro O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969) -, a forma como seus aparatos repressivos se movimentavam, a luta pelos rumos do regime e a dinâmica de rupturas que conformou a existência e o declínio do regime autoritário.

A emboscada que matou Mariele Franco e Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, é outro desses fatos impactantes. Os assassinatos revelaram a intrincada relação das milícias e do crime organizado com a política, as polícias e a economia do dia a dia das comunidades de trabalhadores. A vereadora Marielle Franco foi condenada à morte pelo crime organizado exatamente porque utilizou as relações da política para por luzes sobre esse mundo e investir contra o crime organizado protegido por frações do Estado.

Os brutais assassinatos de Dom Phillips e Bruno Pereira, neste junho de 2022, revelaram muito mais que a violência local em uma terra de leis privadas no interior da Amazônia brasileira. Bruno, acompanhado de Dom, investia contra uma rede de crimes e organizações criminosas que, ao arrepio da lei e da Constituição, exploram os recursos naturais da Amazônia, como o garimpo e a pesca ilegal.

Enganam-se os que acham que o Estado brasileiro é ausente da Amazônia. Ao contrário, o Estado brasileiro é presente e ativo. São bilhões de reais do orçamento

público investidos em pessoal e equipamento militar e policial na região. O que ocorre é que o Estado está presente para proteger o crime organizado e o esbulho das riquezas amazônicas.

DATA DA NOTÍCIA: 22/06/2022

Título: Mobilização nacional em Territórios Indígenas pede retomada do julgamento do Marco Temporal

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/22/mobilizacao-nacional-em-territorios-indigenas-pede-retomada-do-julgamento-do-marco-temporal>

O movimento indígena realiza nesta quinta-feira (23) uma série de manifestações presenciais e virtuais para pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que retome a análise da pauta do Marco Temporal. As ações acontecem nos territórios e aldeias e também em áreas urbanas, além das redes sociais.

A mobilização é organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que considera a votação do Marco Temporal fundamental para ligar um "sinal vermelho" às políticas anti indígenas do governo de Jair Bolsonaro (PL).

Cerca de 150 indígenas ligados à Apib estão em Brasília desde o início da semana desta semana participando de reuniões com parlamentares, membros do STF e outras ações de incidência. Participam pessoas dos povos Guarani Kaiowá (MS), Tupinambá (BA), Taurepang, Macuxi e Wapichana (os três últimos do estado de Roraima) e Xokleng (SC), cujo caso é a referência do julgamento do Marco Temporal.

No dia 23, estarão em um ato em frente à sede do STF. Além da capital, haverá atos presenciais em São Paulo (a partir das 18h, junto ao Museu de Arte de São Paulo, na Avenida Paulista) e em Campo Grande (às 15h, em frente à Coordenação Regional da Funai, à Rua Sete de Setembro, 1733, Centro).

Sobre a votação do marco temporal

A votação vai decidir sobre uma ação de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng, referente à Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ, onde também vivem os povos Guarani e Kaingang. A disputa gira em torno de uma tese político-jurídica defendida por ruralistas e setores econômicos interessados na exploração das terras indígenas, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito à demarcação de terras que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal vigente.

DATA DA NOTÍCIA: 22/06/2022

Título: A juíza errou: o que diz a lei brasileira sobre aborto, estupro e proteção de crianças

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/22/a-juiza-errou-o-que-diz-a-lei-brasileira-sobre-aborto-estupro-e-protecao-de-criancas>

Uma das principais justificativas usadas para impedir a interrupção da gravidez de uma menina de 11 anos em Santa Catarina, o tempo de gestação, não tem nenhum respaldo na lei brasileira. A criança foi encaminhada para um abrigo e afastada da família por determinação da juíza Joana Ribeiro Zimmer, que tentou convencer a menina a não dar prosseguimento ao aborto.

Em audiência com a vítima, Zimmer chegou a afirmar que manter a gestação seria uma opção, “porque já é um bebê, já é uma criança, em vez de a gente tirar da tua barriga e ver ele morrendo e agonizando”.

O discurso de convencimento foi acompanhado pela promotora Mirela Dutra Alberton. Ela e a juíza propuseram que a gestação fosse mantida por mais "uma ou duas semanas" pra que o feto pudesse sobreviver a um parto antes da hora e fosse colocado para adoção.

Divulgada em reportagem publicada pelo *The Intercept Brasil* e pelo *Portal Catarinas* na segunda-feira (21), a gravação da conversa chocou o país. O caso revela um sistema que deveria proteger a criança, mas não deu garantias legais a ela.

A começar pela decisão do hospital onde a menina buscou atendimento, acompanhada da mãe. A unidade de saúde informou às duas que, como a gravidez já tinha mais de 20 semanas, era preciso uma ordem judicial para autorizar o aborto.

As alegações do hospital foram reafirmadas pela juíza, que se referiu a uma nota técnica do Ministério da Saúde para afirmar que não era possível a interrupção da gravidez após 22 semanas de gestação.

No entanto, a lei brasileira que trata do tema não determina nenhum tipo de prazo. O Código Penal considera o aborto crime, com exceção de três situações: quando existe risco para a mãe, em situações de bebês anencéfalos, e para gravidez decorrente de estupro.

“Esse é o texto do código penal. Não existe prazo nem de dias, nem de semanas, nem de meses e nem de coisa nenhuma”, afirma a advogada criminalista Tania Maria de Oliveira, da coordenação executiva da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

DATA DA NOTÍCIA: 22/06/2022

Título: Comissão Arns e Conectadas denunciam Bolsonaro na ONU e citam “crescentes riscos” para ativistas

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/22/comissao-arns-e-conectas-denunciam-bolsonaro-na-onu-e-citam-crescentes-riscos-para-ativistas>

A Comissão Arns e a Conectas Direitos Humanos apresentaram nesta quarta-feira (22) denúncia às Nações Unidas contra o governo brasileiro sobre as investigações relativas ao indigenista Bruno Pereira e ao jornalista Dom Phillips, assassinados na floresta amazônica. “Os assassinatos de Bruno e Dom demonstram os crescentes riscos enfrentados por aqueles que se atrevem a defender o meio ambiente no Brasil e as comunidades indígenas, que enfrentam um revés histórico sob o governo do presidente Jair Bolsonaro”, afirmam as entidades, em discurso feito durante a 50ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

As organizações querem que o governo aprofunde as investigações sobre os assassinatos, “especialmente sobre os que possam ter ordenado o crime”. Além disso, pedem que a comunidade internacional acompanhe a apuração do caso e pressione o Brasil. Na fala, solicitam ainda proteção urgente às comunidades indígenas do Vale do Javari e ao meio ambiente, além dos ativistas que atuam nessas áreas.

Desmonte e violência

“Embora assassinatos e ameaças a defensores ocorram há muitos anos no Brasil, o contexto de hoje é ainda mais grave”, afirmou a coordenadora do programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas, Julia Neiva. “O atual governo incita o armamento da população e a violência contra povos indígenas e ativistas, além de ter deliberadamente desmontado as instituições públicas de proteção aos direitos humanos e ao meio ambiente, como a Funai, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente”, destaca.

DATA DA NOTÍCIA: 23/06/2022

Título: “Precisamos romper o ciclo de abuso de poder sobre o aborto”, afirma antropóloga da UnB

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link

da

notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/23/precisamos-romper-o-ciclo-de-abuso-de-poder-sobre-o-aborto-afirma-antropologa-da-unb>

O caso da criança de 11 anos que, grávida após um estupro, foi pressionada por uma juíza de Santa Catarina a não interromper a gestação tem mobilizado diversos setores da sociedade. Do lado acadêmico, a antropóloga Debora Diniz, professora na Universidade de Brasília (UnB) e referência na luta pela descriminalização do aborto, não se furtou ao debate.

Ela foi às redes sociais para manifestar sua indignação pelo caso e cobrar uma mudança de comportamento das autoridades envolvidas. "Uma menina deve ser protegida, livre para brincar, aprender e sonhar. Jamais ser refém de seu próprio corpo, espoliado e despossuído por um brutal agressor. Jamais deve ser coagida por representantes do Estado a se manter grávida", escreveu ela, em um dos posts publicados no Instagram sobre o assunto.

Em entrevista à *DW Brasil*, Diniz ressaltou que "cabe a uma juíza, a uma promotora, entender que sequer ela deve ser convocada" para interferir em um caso como esse, já que é uma das situações em que o aborto é previsto na legislação brasileira.

"Isso cria um clima de fanatismo e de confusão de papéis em profissionais de saúde que deveriam cuidar e passam a se comportar como polícia, como investigadores, e profissionais da justiça que passam a operar como agentes da moral e evangelizadores", resalta a antropóloga. "E isso nós precisamos romper: esse ciclo de abuso de autoridade em torno do aborto."

DW Brasil: De que maneira esse caso sintomático pode ser interpretado à luz dos valores da sociedade brasileira?

Debora Diniz: Esse caso está conectado à situação de criminalização do aborto no Brasil. Isso cria um clima de fanatismo e de confusão de papéis em profissionais de saúde que deveriam cuidar e passam a se comportar como polícia, como investigadores, e profissionais da justiça que passam a operar como agentes da moral e evangelizadores. Foi esse o caso. A criminalização do aborto cria um contexto persistente de medo, de perseguição, inclusive intencional. [...] É claro que esses valores são ambíguos, porque sabemos que muitas mulheres fazem aborto no Brasil, temos os números da Pesquisa Nacional de Aborto. Então, mais importante do que perguntar sobre os valores é perguntar como os poderes operam em torno de extremismos que são colocados, e são parte inclusive do governo [do atual presidente Jair] Bolsonaro.

Independentemente do desfecho, a vida dessa menina já ficará marcada pelo trauma do estupro e, agora, pela exposição pública do caso. Como isso deve ser tratado no âmbito individual?

Uma situação brutal como essa tem de ser tratada no âmbito privado, com agilidade e todo o cuidado que o trauma pede. É uma situação dramática. Para a menina, pela violação dos direitos. E aqui não podemos confundir: o problema não está no vazamento da audiência, mas na própria cena da audiência, que é brutal na imposição de sequência de traumas a essa menina. Agora ela tem de ser o centro do nosso cuidado. E esse é o giro que a sociedade brasileira tem de fazer: o centro do cuidado é a menina, e não a discussão sobre o aborto, a moral do aborto e como isso vem sendo feito.

DATA DA NOTÍCIA: 25/06/2022

Título: Estatização de empresa de alimentos pode garantir soberania para a Argentina?

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/25/estatizacao-de-empresa-de-alimentos-pode-garantir-soberania-para-a-argentina>

Em 2020, a declaração do presidente argentino, Alberto Fernández (Frente de Todos), de que o conglomerado agroexportador Vicentin seria expropriado causou uma forte reação no país. Setores econômicos saíram em defesa da propriedade privada, com apoio de veículos conservadores. Entre setores progressistas, por outro lado, cresceu a expectativa de desarmar a concentração do mercado no ramo alimentício, importante fonte de divisas para o país.

No último fim de semana, o tema voltou ao centro do debate. Em uma entrevista ao jornal *Página 12*, o presidente afirmou que “este seria o momento certo” para a intervenção. “O Estado nacional, através da dívida [da Vicentin] com o Banco Nación, é um credor privilegiado”, pontuou o presidente. “Assim, pode determinar a quebra ou a continuidade da empresa. Se formos pela continuidade, poderemos estabelecer as condições para que isso custe o mínimo possível.”

O custo ao que se refere Fernández é a dívida que supera US\$ 1 bilhão que Vicentin deixou, e se acumula, ao declarar “estresse financeiro” em dezembro de 2019. Segundo a própria empresa, 1.500 postos de trabalho diretos estão em jogo e produtores ainda esperam receber pelos grãos que entregaram à cerealífera.

Em 2020, o conglomerado de grãos e processados (como farinha e óleo) foi a concurso preventivo, um processo de recuperação judicial para evitar a quebra e recuperar a empresa em um acordo entre os credores. A aposta pela estatização seria evitar que uma das principais agroexportadoras do país caia em mãos privadas e, ao mesmo tempo, recuperar o que se considera uma grande fraude da empresa sobre o país.

DATA DA NOTÍCIA: 26/06/2022

Título: Que caminhos de uma nova onda de progressismo na América Latina pode tomar?

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link

da

notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/26/que-caminhos-a-integracao-de-uma-nova-onda-de-progressismo-na-america-latina-pode-tomar>

A vitória da centro-esquerda nas eleições presidenciais da Colômbia reacendeu a discussão sobre a possibilidade de uma nova etapa do progressismo na América Latina, similar ao que a região viveu no início dos anos 2000, classificada como “a década ganha”.

Gustavo Petro e Francia Márquez não chegam sozinhos ao poder. Se em janeiro de 2021, a balança pesava para o conservadorismo, com governos que defendiam uma agenda liberal na economia e cortes de orçamento para áreas sociais, agora são ao menos 14 governantes afins ao campo da esquerda na América Latina e Caribe.

Diante deste cenário, a possibilidade de eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente do Brasil, em outubro deste ano, aumenta as expectativas sobre um novo período de integração regional.

“Agora, mais do que nunca, temos a possibilidade de recuperar, fortalecer e instaurar definitivamente uma modalidade de integração sem a influência dos EUA, que olhe para os interesses e necessidades dos povos da América Latina e, para isso, o contexto internacional nos ajuda porque coloca em evidência a debilidade do modelo ocidental”, comenta a socióloga e professora da Universidade Central da Venezuela (UCV), Tibusay Serrada.

Unasul, Mercosul e Celac

Na primeira etapa de predominância do progressismo na região, no início dos anos 2000, foram criados alguns instrumentos, como a União das Nações Sul-americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), que poderiam ser novamente impulsionados pelos novos governos de centro-esquerda.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), atualmente sob presidência pró-tempore do Brasil, foi criado em 1991, mas viveu o auge do intercâmbio comercial com os governos do início da chamada década ganha.

Em 2013, as exportações totais dos países do bloco somaram US\$ 432 bilhões. No mesmo ano, o comércio intrabloco totalizou US\$ 61 bilhões e representou 14,1% das exportações totais dos países-membros.

DATA DA NOTÍCIA: 28/06/2022

Título: Em reunião tensa com o Reino Unido, Argentina reivindica soberania das Malvinas no G7

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/28/em-reuniao-tensa-com-reino-unido-argentina-reivindica-soberania-das-malvinas-no-g7>

A reivindicação de soberania sobre as ilhas Malvinas e pelo fim do colonialismo na região foi um dos temas mais importantes da agenda do presidente da Argentina, Alberto Fernández, durante sua participação como país convidado da cúpula do G7. Fernández teve a oportunidade de discutir o tema diretamente com o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, em uma reunião bilateral no castelo de Schloss Elmau, onde aconteceu a cúpula do G7, concluída nesta terça-feira (28).

O encontro durou apenas meia hora, mas foi permeado de tensões. Johnson destacou a potencialidade da Argentina para fornecer alimentos, gás e minerais à Europa no contexto da guerra na Ucrânia, tema de destaque para os países do G7, composto por Itália, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Canadá, Japão e Estados Unidos.

"Sim, é verdade", disse o mandatário argentino. "Mas nós temos um problema. Enquanto não o solucionemos, não podemos avançar em nada. E o tema são as Malvinas."

Neste ano, a guerra das ilhas Malvinas, que culminou na vitória do Reino Unido, completa 40 anos. As ilhas Malvinas foram ocupadas pelas forças britânicas em 1833 e, desde então, o território foi estabelecido como colônia britânica.

DATA DA NOTÍCIA: 29/06/2022

Título: Argentina pauta colonialismo, crise alimentar e soberania financeira no G7

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/29/argentina-pauta-colonialismo-crise-alimentar-e-soberania-financeira-no-g7>

A cúpula do G7 foi concluída nesta terça-feira (28), na Alemanha, de onde o presidente argentino Alberto Fernández voltou "satisfeito", conforme declarou em conferência de imprensa no castelo de Schloss Elmau, na região da Baviera. Também afirmou estar "preocupado" com o posicionamento dos países entre os mais ricos do mundo que conformam o Grupo dos Sete (Itália, Japão, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha e França) sobre a guerra na Ucrânia, para a qual o único desfecho reconhecido pelo grupo é a derrota da Rússia.

A presença da Argentina na cúpula foi uma importante representação dos países do Sul Global. Como um dos cinco convidados especiais para o encontro, Fernández, em caráter de presidente da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), destacou o esforço realizado para que outros países da "periferia do mundo" estivessem presentes na cúpula do G7.

As pautas da região no G7

Neste sentido, o pedido de Alberto Fernández no G7 de somar esforços para cessar o mais rápido possível a guerra na Ucrânia faz eco com o risco de uma crise alimentar mundial que impactaria com mais força os países em desenvolvimento. O alerta se deve à inflação, particularmente, sobre os cereais e óleos vegetais que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), atingiram seu nível de preço mais alto desde a criação do órgão, em 1990.

DATA DA NOTÍCIA: 30/06/2022

Título: Crianças de até 14 anos são maiores vítimas de estupro no Brasil, mostra anuário de segurança

Fonte da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/29/criancas-de-ate-14-anos-sao-maiores-vitimas-de-estupro-no-brasil-mostra-anuario-de-seguranca>

Na última década, mais de meio milhão de pessoas foram vítimas de estupro no Brasil. Somente no ano passado, foram mais de 66 mil casos, segundo dados do Anuário de Segurança Pública de 2022, divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) nesta terça-feira (28).

As estatísticas confirmam o machismo arraigado na sociedade brasileira – 88,2% das vítimas que notificaram o crime em 2021 eram mulheres – e revelam ainda um traço cruel e chocante: mais de 70% (37 mil) delas eram vulneráveis, categoria que inclui

pessoas consideradas incapazes de consentir o ato sexual, o que inclui menores de 14 anos.

Das vítimas de estupro no Brasil em 2021, 61,2% tinham de 0 a 13 anos, sendo que nove em cada dez vítimas tinham no máximo 29 anos de idade quando sofreram a violência sexual.

As estatísticas também mostram como a violência sexual e doméstica faz parte do cotidiano do país: no caso do estupro de vulneráveis, quase 80% deles foram cometidos por conhecidos das crianças (pais, padrastos, avôs, irmãos, amigos e vizinhos).

Dois casos recentes chocaram o país e recolocaram a gravidade do problema na agenda. Uma menina de 10 anos foi estuprada e impedida de fazer o aborto legal, em Santa Catarina. Além de ter o procedimento inicialmente negado pelo sistema de saúde, a despeito de ser legal neste caso, a menina foi mantida num abrigo para evitar o aborto, numa violação cometida pelo Judiciário.

O outro caso foi da atriz Klara Castanho, de 21 anos, que foi estuprada, descobriu a gestação tardiamente e decidiu dar o bebê à adoção, o que também é uma atitude legal. Assim como a menina de Santa Catarina, a atriz foi vítima de sucessivas violências após o crime do estupro. Dados do prontuário médico de Klara vazaram, ela foi constrangida e ameaçada por uma enfermeira, e o sigilo profissional foi ignorando, expondo a privacidade da jovem, que se sentiu obrigada a publicar uma carta pública revelando o estupro.